



30 DE NOVEMBRO DE 2015

Segunda-feira

- EMPRESAS RECORREM A SUGESTÕES DE FUNCIONÁRIOS PARA CORTAR DESPESAS
- ÀS VÉSPERAS DE REUNIÃO PARA EVITAR GREVE, EMPRESAS E URBS TROCAM FARPAS
- A PORTAS FECHADAS, COMEÇA AUDIÊNCIA QUE TENTA EVITAR GREVE DE ÔNIBUS EM CURITIBA
- GUERRA ENTRE PREFEITURA E VIACÕES SE ACIRRARÁ NOS PRÓXIMOS TRÊS MESES
- PRIMEIRA PARCELA DO 13.º SALÁRIO SERÁ PAGA NESTA SEGUNDA-FEIRA
- ECONOMIA PRECISA DE SINAL DE QUE ESCAPARÁ DA POLÍTICA
- CRISE EXIGE RESERVA PARA EMERGÊNCIA DE ATÉ SEIS MESES DE GASTOS FIXOS
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA VOLTA A CAIR EM NOVEMBRO APÓS 2 MESES DE ALTA, DIZ FGV
- PERCENTUAL DE TRABALHADORES QUE PEDIRAM O SEGURO-DESEMPREGO PELA PRIMEIRA VEZ DIMINUI EM 2015
- MAIORES EMPRESAS DE COBRE NA CHINA CONCORDAM EM CORTAR PRODUÇÃO EM 2016
- VALE CONTESTA MPF E DIZ QUE MINERAÇÃO EM ONÇA PUMA ESTÁ PARALISADA
- PRAZO PARA PAGAR GUIA DE OUTUBRO DO eSOCIAL TERMINA NESTA SEGUNDA-FEIRA
- BANCO POPULAR OFERECE 'MICROCRÉDITO' PARA EMPREENDEDORES EM SP
- ESPECIAL ARMAZENAR O VENTO: BATERIA ORGÂNICA COM ÁGUA
- INDEFINIÇÃO SOBRE SETE BRASIL PROVOCA NOVA ONDA DE DEMISSÕES NA INDÚSTRIA NAVAL
- CITROËN ABANDONA AS SUSPENSÕES HIDROPNEUMÁTICAS E PROMETE NOVA TECNOLOGIA

- ESTUDO DA POLI PODE AUMENTAR EFICIÊNCIA E REDUZIR DESGASTE DE MOTORES FLEX
- COM 47 UNIDADES PARALISADAS, SETOR SIDERÚRGICO VOLTA AO PATAMAR DE 2006
- PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO DA GE ATRAI 100 FORNECEDORES
- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SE UNE CONTRA POSSÍVEL AUMENTO DO AÇO
- SCANIA IRÁ EXPORTAR CAMINHÕES PARA A EUROPA
- NOMA ESPERA CRESCIMENTO DE ATÉ 10% EM 2016
- REDUÇÃO NA CONFIANÇA DOS SERVIÇOS ATINGIU 6 DE 13 ATIVIDADES EM NOVEMBRO, DIZ FGV
- MOBILIDADE ELÉTRICA REDUZIRÁ EMISSÃO DE CO2 EM 40% NA FRANÇA ATÉ 2030
- CSN DEVE ANUNCIAR HOJE ACORDO COM SÓCIOS ASIÁTICOS NA NAMISA
- BRASILEIRO ASSUME EMPRESA CRIADA POR GE E ALSTOM
- RESERVATÓRIO DE USINA DA REGIÃO DE MARIANA É ESVAZIADO ÀS PRESSAS
- PPE JÁ CONTA COM ADESÃO DE 37 FÁBRICAS
- BRASIL DESPERDICA R\$ 12 BI EM 5 ANOS
- OCIOSIDADE DAS MONTADORAS ESTÁ EM 50%, ADMITE ANFAVEA
- APERAM ADOTA NOVO MODELO DE NEGÓCIO
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- NOVOS PROJETOS DE LEI

CÂMBIO		
EM 30/11/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,853	3,853
Euro	4,074	4,076

Fonte: BACEN

Empresas recorrem a sugestões de funcionários para cortar despesas

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O que sai mais barato para uma montadora de São José dos Pinhais que importa peças da América do Sul e da Europa: desembarcá-las no Aeroporto Afonso Pena, a 12 quilômetros da fábrica, ou em Guarulhos (SP), tendo de bancar um transporte rodoviário de mais de 400 quilômetros?

A Renault usava quase sempre a primeira opção. Mas foi convencida por um grupo de funcionários a optar pelo aeroporto paulista. O resultado foi uma economia de 35% nas despesas de frete, o que reduziu em quase R\$ 50 o custo de produção de cada veículo.

Iniciativas como essa nunca foram tão valorizadas. Se faturar mais parece fora de questão para grande parte das empresas, a alternativa para manter o equilíbrio das contas é promover uma caça aos custos – que vá além, é claro, de reduzir o quadro de pessoal, algo que a maioria já fez.

Entre as atitudes mais comuns estão as campanhas para baixar o consumo de água e luz, a terceirização de serviços e a renegociação de contratos de aluguel, vigilância e limpeza.

Em alguns casos, as saídas são radicais, como deixar de oferecer certo produto ou serviço. “A crise obriga o empresário a analisar a fundo a estrutura de seu negócio, o que é deixado de lado quando as coisas vão bem”, diz Jerri Ribeiro, líder de gestão de riscos da consultoria PwC na Região Sul.

Algumas das tesouradas mais criativas são sugeridas pelos próprios funcionários. Recentemente, a Volvo coletou 600 propostas entre os seus, que agora estão sendo avaliadas. A Renault desenvolveu o hábito por meio de uma competição interna chamada de Copa Redução de Custos.

Neste ano, um recorde de 1,8 mil funcionários, divididos em 491 equipes, recomendaram mudanças para baixar despesas. Quase metade das ideias pôde ser aproveitada. As melhores renderam prêmios – os primeiros lugares estão curtindo este fim de semana em um resort na Bahia.

Juntos, os 228 projetos implantados vão proporcionar uma economia anual de mais de R\$ 50 milhões, o equivalente a R\$ 300 por veículo. A cultura da economia amadureceu rápido. No ano passado, a “Copa” havia resultado em um corte de R\$ 100 por veículo. Na primeira edição, em 2013, foram mais ou menos R\$ 50.

Além do óbvio

“Para quebrar paradigmas, é preciso ir além do óbvio”, diz o analista de operações logísticas Thiago Câmara, líder da equipe de seis pessoas que, depois de mapear do início ao fim as despesas envolvidas no frete aéreo da Renault, comprovou ser mais vantajoso deslocar para São Paulo o fluxo desse tipo de carga.

“Depois da privatização, o aeroporto de Guarulhos ficou mais ágil. E, se no Afonso Pena temos três companhias de carga com seis voos semanais, lá são 40 empresas com voos diários”, explica.

Outro projeto premiado foi o do grupo de sete pessoas liderado pelo operador de carroceria Marcelo Marchaucoski. Ao observar o fluxo de produção previsto para a nova picape Oroch, ele constatou que o número de pinças de solda em sua área poderia ser reduzido de 20 para 11.

Além de poupar nove pinças, que serão usadas em outros projetos, isso diminuiu o tempo de formação dos operadores e os custos de manutenção da área, gerando uma economia de R\$ 3,55 por veículo.

COMPETITIVIDADE PARA PEQUENAS

Pequenas empresas não costumam ter dinheiro para pagar consultores que lhes ajudem a reduzir desperdícios e ganhar eficiência.

Para elas, a solução pode estar na parceria com instituições como a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), que lançou um programa para elevar a competitividade do setor.

A primeira edição terá a participação de 102 empresas. “O foco é em gestão financeira, layout do processo produtivo e eficiência energética”, explica Marcelo Percicotti, gerente de economia, fomento e desenvolvimento da Fiep. Segundo ele, um novo edital deve ser lançado no começo de 2016.

Menos gastos com frete e TI



A Orbis do Brasil, instalada em Campina Grande do Sul (Região Metropolitana de Curitiba), atuou em várias frentes para reduzir suas despesas. Uma das medidas foi a terceirização das entregas de seus produtos. Antes, a empresa tinha um caminhão e uma picape; agora, contrata cada frete separadamente.

“Além do combustível e do salário do motorista, tínhamos todo um conjunto de despesas para a manutenção desses veículos, que foram eliminadas, ao mesmo tempo em que geramos alguma receita com a venda deles”, conta Fabrizio Romanzini (foto), gerente comercial da empresa.

Fabricante de aquecedores a gás e eletrodomésticos para cozinha (cooktops, fornos e coifas), a Orbis é subsidiária de uma multinacional argentina. Antes, cada fábrica – duas na Argentina, uma no Brasil e outra no Chile – tinha seu próprio sistema de tecnologia da informação, com as respectivas necessidades de atualização e manutenção. Agora os softwares estão integrados, e as despesas de TI foram concentradas na matriz.

Outra redução de gastos foi com os catálogos de produtos. Os impressos ainda existem, mas a empresa está se concentrando nos eletrônicos.

Nenhum desses cortes, no entanto, foi suficiente para evitar demissões. A queda da demanda levou a empresa a dispensar quase 30% de seu quadro, hoje em 40 pessoas.

Às vésperas de reunião para evitar greve, empresas e Urbs trocam farpas

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Às vésperas da reunião que pode impedir a greve de ônibus em Curitiba, o clima esquentou entre o Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba (Setransp) e a Urbs. Na sexta-feira (27), o presidente da Urbs, Roberto Gregório, declarou que as empresas de ônibus estão “usando os trabalhadores” como instrumento de pressão na negociação da tarifa técnica. No domingo (29), as empresas responderam, por meio de uma nota, que “repudiam” as declarações e que a atitude dificulta as negociações.

Nesta segunda-feira (30), motoristas e cobradores vão se reunir com os empresários no Ministério Público do Trabalho (MPT) para buscar uma solução para o impasse. Os trabalhadores aprovaram um indicativo de greve na sexta.

Na semana passada, as empresas de ônibus disseram não ter dinheiro para pagar o 13.º salário, que haverá atrasos no pagamento dos salários em janeiro e fevereiro e que, também, serão demitidos dois mil trabalhadores das linhas urbanas.

Com a prefeitura e as empresas de ônibus trocando acusações, a sinalização é de que uma conciliação para evitar a greve está distante. As empresas defendem que a tarifa técnica, que hoje está em R\$ 3,21, seja reajustada para R\$ 3,40 antes do fim do ano, enquanto a prefeitura espera fazer essa discussão somente na data-base para a renovação da tarifa – que ocorre em fevereiro de 2016.

Farpas

Em entrevista na sexta-feira, Gregório acusou as empresas de usarem a situação como instrumento para pressionar pela renegociação da tarifa. “As empresas estão querendo ganhar, no nosso entendimento, através de um instrumento de pressão. Esse instrumento é típico, estão usando esse esforço para ter aumento na tarifa técnica, estão usando os trabalhadores para isso”, disse.

“O que precisamos é de empresas que se profissionalizem e estejam na vanguarda das ações e não simplesmente fiquem esperando reajuste de tarifa para aumentar os seus lucros”, completou o presidente da Urbs.

As empresas responderam através de nota. “Esse tipo de atitude torna ainda mais difícil o encontro de uma solução. Ao que parece, o poder concedente não quer que o sistema de transporte público de Curitiba evolua e continue sendo um modelo para o mundo – como é há tantos anos”, diz a nota.

Os empresários citam que o sistema de ônibus tem um índice de eficiência de 99,2%, “graças à operação competente realizada pelas empresas”.

De acordo com eles, o sistema está em colapso “pelo não cumprimento de contrato [por parte da prefeitura], que resulta no desequilíbrio econômico-financeiro, já que a tarifa técnica estipulada pela Urbs não cobre os custos da operação”, diz a nota, que cita ainda dificuldades de pagamento da prefeitura em outros setores.

Tréplica

A Urbs se pronunciou também por meio de nota sobre o assunto. “A Urbs e a prefeitura consideram que o momento é de busca de uma solução capaz de evitar transtornos e prejuízos para os usuários e os trabalhadores do transporte coletivo.

Por isso, não comentarão a nota do Setransp, mas continuarão trabalhando no processo de diálogo mediado pelo Ministério Público, tendo como foco permanente o interesse público envolvido na questão”, diz o documento.

A portas fechadas, começa audiência que tenta evitar greve de ônibus em Curitiba

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Empresários e trabalhadores participam, na manhã desta segunda-feira (30), da audiência que tenta buscar uma solução para evitar greve no sistema de transporte público de Curitiba e da Região Metropolitana a partir desta terça-feira (1º.). A reunião, realizada nas dependências do Ministério Público do Trabalho, começou pouco depois das 9 horas e ocorre a portas fechadas.

Participam do encontro o Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sindimoc) – cujos integrantes confirmaram possibilidade de greve na última sexta (30) –, o sindicato das empresas de ônibus (Setransp) e a Urbs, que gerencia o transporte coletivo na capital.

A audiência ocorre um dia antes da data marcada para o início da greve no sistema de transporte da capital e da região metropolitana, prevista como uma resposta ao anúncio das empresas de que precisarão demitir cerca de 2 mil funcionários nos próximos meses por não ter dinheiro para pagar o 13.º salário deste ano.

Ainda na sexta, o presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, esteve reunido com representantes do Setransp para tratar do assunto. Antes da conversa, Gregório afirmou à reportagem que vê a ação das empresas como uma forma de pressionar a prefeitura a aumentar a tarifa técnica, hoje fixada em R\$ 3,21. Os empresários pediam o valor de R\$ 3,40.

Neste domingo (29), as empresas responderam, por meio de uma nota, que “repudiam” as declarações e que a atitude dificulta as negociações.

Guerra entre prefeitura e viações se acirrará nos próximos três meses

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A ameaça feita pelas empresas de ônibus na tarde da última quinta-feira (26) foi apenas mais um ingrediente no conturbado relacionamento da atual gestão do executivo municipal com os empresários.

E o conflito tem tudo para se intensificar nos próximos meses. O contrato prevê que o valor repassado pela prefeitura às empresas seja revisto sempre em fevereiro. Como nem o valor deste ano está pacificado, imagina-se que a discussão será pior daqui três meses.

Na quinta-feira (26), empresários comunicaram o envio de um “ofício bomba” para alertar a categoria que não terá condições de pagar em dia os salários e 13º salário previstos

para os próximos dois meses caso a prefeitura não reveja a decisão dela em relação à última tarifa técnica.

Desde que o prefeito Gustavo Fruet (PDT) assumiu a principal cadeira do palácio 29 de Março, os empresários tiveram 13% de reajuste na tarifa técnica. Os usuários tiveram alta de 22% nesse mesmo período.

Essas contas têm aproximado o preço pago pelo passageiro daquele repassado às empresas, diminuindo a necessidade de subsídios públicos. As empresas do setor defendem o subsídio como forma de baratear o custo para o passageiro, mas o caixa da prefeitura não suporta essa conta, costuma dizer secretários.

Cronologia

O ano foi de incertezas para usuários do transporte público de Curitiba e os trabalhadores do setor. Confira:

Janeiro - No dia 09 de janeiro, motoristas fecharam a Praça Nossa Senhora de Salette, no Centro Cívico, por quatro horas. Para tentar impedir a greve, a prefeitura enviou R\$ 3,8 milhões pagar parte da dívida acumulada com as empresas de ônibus. Em 26 de janeiro, o sistema para por completo.

Diante do atraso no pagamento do adiantamento salarial de 40%, previsto para o dia 20 de janeiro, o Sindimoc convoca greve geral. A paralisação durou quatro dias. No dia 30, a Comec anuncia o fim da integração financeira com o sistema urbano.

Março - O Sindimoc apresenta novo indicativo de greve por não haver acordo em relação ao reajuste salarial de 2015. Após acordo entre trabalhadores e empresários, o indicativo é retirado.

Junho - Os trabalhadores voltam a apresentar um indicativo de greve e atrasam a saída dos ônibus na manhã de 16 de junho. Eles denunciam uma suposta perseguição a dirigentes sindicais e descumprimento de pontos da Convenção Coletiva de Trabalho.

Setembro - Motoristas e cobradores de linhas de ônibus que passam pelos terminais Santa Cândida e Boqueirão cruzam os braços no dia 21 em protesto contra o não recebimento do vale.

Com três dias de atraso os vales são pagos por todas as empresas e uma greve geral é descartada. No mesmo mês, a Urbs define a tarifa técnica para 2015 em R\$ 3,21 -- o aumento de R\$ 0,28 fica abaixo dos R\$ 0,53 pedidos pelo Setransp.

Outubro - Novamente, os motoristas e cobradores cruzam os braços em protesto pelo atraso no pagamento do adiantamento salarial. O ato ocorre durante a madrugada e mais um indicativo de greve é aprovado. A ameaça é descartada após os pagamentos.

Novembro - Pelo terceiro mês seguido, os trabalhadores aprovam um indicativo de greve. Dessa vez, porém, a intenção é se prevenir de um possível atraso no pagamento dos adiantamentos salariais. Os trabalhadores da Araucária Transporte Coletivo Filial param no dia 23 devido ao atraso no pagamento do vale.

O contrato de concessão prevê reajustes todo mês de fevereiro. Em 2014, a prefeitura anunciou que havia retirado e modificado alguns itens da planilha tarifária. Isso teria enxugado custos na ordem de R\$ 47 milhões anuais – R\$ 0,15 na tarifa.

Neste ano, as negociações se arrastaram até o final de setembro, quando a Urbs estipulou a nova tarifa técnica em R\$ 3,21. Esse é o preço que a prefeitura paga atualmente às empresas por passageiro transportado.

A diferença entre o valor repassado às viagens e o pago pelo passageiro, segundo a Urbs, cobriria também o aumento previsto para o mês de dezembro na alíquota da contribuição previdenciária sobre receita bruta e demais custos de manutenção do transporte. A prefeitura também alega arcar com uma despesa anual de R\$ 80 milhões para manter a infraestrutura do transporte, como terminais, tubos e canaletas.

Para chegar aos R\$ 3,21, a Urbs calculou os reajustes previstos em contrato e descontou a amortização de 150 dos 183 ônibus envelhecidos que não foram renovados. Os empresários têm uma decisão favorável da Justiça para não renovar a frota até que esteja claro se o contrato está ou não sendo descumprido pelo poder concedente.

Mas as empresas não aceitaram os R\$ 3,21. Elas chegaram a pedir na Justiça que a prefeitura decretasse a nova tarifa técnica em R\$ 3,40, mas não conseguiram. A Urbs argumenta que ela própria apresentou esse valor, mas que ele seria fixado desde que as empresas desistissem de cobrar uma dívida milionária do executivo e retomassem imediatamente a renovação da frota.

Os empresários alegam que o acordo ruiu porque a prefeitura não concordou em pagar de uma única vez o valor atrasado retroativo a fevereiro – faltam cerca de R\$ 11 milhões. Mas a reportagem apurou que as empresas também não concordaram em retomar de imediato a renovação da frota. Elas queriam que fosse feito um cronograma.

Agora, faltando três meses para a nova tarifa, as empresas devem fazer de tudo para conseguir esses R\$ 0,19 – diferença entre o que ela pediu e o que a prefeitura concedeu.

Caso contrário, correm o risco de ver esse valor ser empurrado para a nova data-base de renovação da tarifa, que ocorre em fevereiro de 2016. No mesmo mês, motoristas e cobradores discutem o reajuste salarial, que tem ocorrido sempre acima da inflação nos últimos anos.

Desoneração da Folha

A tarifa técnica do transporte coletivo deve ficar, em média, R\$ 0,04 mais cara no próximo dia 1º de dezembro. Nessa data passa a valer a lei que revê a desoneração da folha de pagamento e aumenta a alíquota que incide sobre as receitas brutas das empresas.

Com essa revisão, deixa de existir a possibilidade de a contribuição previdenciária de alguns setores trocar a contribuição ao INSS de 20% sobre a folha de pagamento por pagamentos de 1,5 a 2,5% sobre o faturamento bruto. Mas as empresas de ônibus ainda tentam passar uma medida provisória para retomar o benefício ao transporte.

Folha salarial e encargos sociais consomem 50% da tarifa

O transporte coletivo emprega 15 mil funcionários em Curitiba. Os salários, benefícios e encargos sociais respondem por cerca de 50% do custo do setor. Em fevereiro passado, motoristas e cobradores receberam 9% de reajuste.

Nos ofícios distribuídos pelo sindicato patronal ao Sindimoc, as viagens alegam empregar mais funcionários nas linhas urbanas do que seria possível pagar com o montante repassado pela Urbs. O “descompasso mensal” no “custeio de pessoal operacional” seria de 20%.

Já as linhas metropolitanas estariam sofrendo com a queda no número de passageiros desde que houve a desintegração da Rede Integrada de Transporte (RIT), em fevereiro deste ano.

Além disso, a diferença total entre o que é gasto pelas empresas e o que é repassado pela Comec seria equivalente a 13,2% “de todos os custos operacionais”, argumentam as empresas.

Primeira parcela do 13.º salário será paga nesta segunda-feira

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



As empresas têm até esta segunda-feira (30) para pagar aos seus funcionários a primeira parcela do 13.º salário. Em dezembro é a vez da segunda parte cair na conta – o prazo termina no dia 18. Para pagamentos em dinheiro, o limite é o dia 20.

Como na primeira parcela não há nenhum tipo de desconto, o trabalhador irá receber 50% do seu salário atual, no caso de quem já começou o ano trabalhando na empresa. Sobre a segunda parcela haverá os descontos do INSS e do Imposto de Renda. Quem foi contratado ao longo do ano também terá direito à gratificação, mas ela será proporcional ao período trabalhado.

Para chegar ao valor da primeira parcela, o trabalhador deve dividir seu salário bruto por 12 e, depois, multiplicar o resultado encontrado pelo número de meses em que trabalhou até outubro – mês de referência para o cálculo da primeira metade do 13.º salário. No caso da segunda parte, são considerados os meses em serviço até dezembro.

A parcela será equivalente à metade do valor encontrado no cálculo, sem descontos. Se o tempo de trabalho for fracionado, o período igual ou superior a 15 dias será considerado como mês integral.

Economia precisa de sinal de que escapará da política

30/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Em um momento em que parecia ter a chance de aprovar no Congresso um orçamento para o próximo ano, entre outras medidas importantes para a economia, o governo foi lembrado de sua grande fraqueza: sua base política está tomada pela corrupção. O fato de ter de continuar governando é uma daquelas contradições do sistema político brasileiro à qual já deveríamos estar acostumados.

Resumindo a situação, o governo está tentando salvar o pescoço e para isso precisa aprovar a revisão da meta orçamentária deste ano. Ele também precisa de um orçamento para 2016 que incorpore cortes e chegue a um superávit primário que possa ser cumprido. Há outras medidas que poderiam reduzir gastos e elevar receitas (CPMF, por exemplo), que dependem do Congresso. E que diferença fazem essas coisas?

O ajuste fiscal não vai solucionar a crise política e, portanto, não é uma resposta conclusiva para a crise econômica. Mas é preciso sinalizar para as pessoas e empresas que o país não irá para a saída alternativa, que é fazer a correção dos desequilíbrios com mais inflação (para reduzir a dívida) e desemprego (para controlar a inflação).

O mercado de trabalho está se deteriorando em um ritmo assustador e deve chegar aos 10% de desemprego no começo do ano. Talvez passe bastante disso antes de ter efeito sobre os preços. E é possível que seja a única forma de o mundo político acordar para o fato de que destruir a economia do país não vai evitar a punição merecida pela corrupção.

A queda de braço entre a classe política, acompanhada das empresas que fizeram no jogo sujo, e o restante da sociedade está criando uma conta cara para quem não tem como se proteger da crise econômica.

em alta

Black Friday

A data de compras começou no mundo virtual e neste ano se tornou a última esperança de todo o varejo para salvar um ano de vacas magras. Com isso, o dia das promoções entrou de vez no calendário do consumo brasileiro.

em baixa

BTG Pactual

O banco que era um dos queridinhos do mercado financeiro caiu em desgraça com a prisão de André Esteves. A instituição perdeu mais de R\$ 6 bilhões em valor de mercado e sua nota de crédito passou a ser ameaçada.

Volvo

A Volvo vai montar um memorial sobre segurança no trânsito em sua sede na Cidade Industrial de Curitiba. O projeto faz parte de sua política de educação para a segurança e contará com uma atração apresentada recentemente em uma feira do setor: um caminhão que simula um tomabamento. O centro estará preparado para receber escolas interessadas no tema.

Providência

Mais de um ano após ter o controle comprado pela americana PGI, a Companhia Providência anunciou o resgate de todas as ações que ainda circulavam no mercado após a oferta de aquisição feita pela empresa.

Com isso, ela fecha definitivamente o capital. A Providência divulgou uma alta de 26% na sua receita líquida no terceiro trimestre, chegando a um total de R\$ 255 milhões. No ano até setembro ela foi de R\$ 696 milhões.

A receita maior não compensou as perdas com o câmbio. No terceiro trimestre, o prejuízo foi de R\$ 12 milhões, acumulando R\$ 55 milhões no ano, valor igual ao do mesmo período de 2014.

Madero

A rede de restaurantes Madero fechou o planejamento para os próximos dois anos. A empresa terá ao fim deste 61 unidades. No ano que vem, deve chegar a 85, com expansão concentrada no modelo de contêineres (serão 35 desse segmento, 44 stakehouses e 8 de outros modelos). Em 2017, a meta é chegar a 121 restaurantes, com faturamento perto de R\$ 500 milhões. E a rede decidiu que não terá mais franquias. As lojas serão próprias.

Dunlop

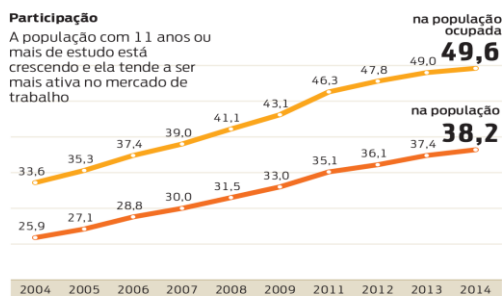
Mesmo em um ano de crise, a Dunlop, que tem sua fábrica de pneus em Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba, comemora o fato de estar próxima de atingir sua meta de produzir 15 mil unidades por dia.

A marca, que pertence à Sumitomo, assinou recentemente um contrato com a Toyota para fornecer os pneus que vão equipar a nova Hilux e vem crescendo no mercado de reposição, no qual já tem 10% de participação.

Neste ano, a fábrica aumentou o número de funcionários em 32% e emprega hoje 1.257 pessoas.

GRÁFICO DA SEMANA

Apesar de suas fraquezas estruturais, o Brasil passou por uma transformação positiva na última década. A taxa de escolarização melhorou rapidamente e as pessoas mais educadas chegaram ao mercado de trabalho.



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Crise exige reserva para emergência de até seis meses de gastos fixos

30/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O cenário econômico projetado para 2016 promete piora nas condições do mercado de trabalho e continuidade da inflação, corroendo a renda do trabalhador. E quem não tiver dinheiro para lidar com imprevistos, como a perda do emprego ou uma emergência familiar, poderá ter de encarar uma bola de neve crescente de dívidas.

A piora das perspectivas e o aumento das incertezas fizeram com que os brasileiros se programassem para poupar parte do 13º salário, de olho no futuro, ou utilizar o benefício para pagar dívidas, segundo dados da Deloitte.

Para o químico Paulo Sergio Rodrigues, 52, foi a preocupação com os efeitos da inflação que despertou a vontade de criar um fundo de emergência. O 13º vai ajudá-lo a ganhar fôlego para fazer o ajuste. "Supermercado e combustível começaram a pesar muito nas contas", diz.

A recomendação dos especialistas é reforçar as reservas. Quem hoje guarda 5% do salário, por exemplo, pode tentar elevar para 10%.

"O mínimo que deve ser economizado é 10% do que se ganha. Se o trabalhador não consegue guardar tanto, deve revisar seus gastos. Se houver aperto em um mês, é preciso compensar depois, guardando mais", afirma Michael Viriato, professor de finanças do Insper. "O 13º é justamente para compensar o que você não conseguiu guardar todos os meses."

Planeje-se para ter entre três e seis meses de salário poupados para eventuais imprevistos. "Suponha que você perca o emprego: sua renda para de entrar no mês seguinte e as despesas continuam chegando implacavelmente", diz a planejadora financeira Marcia Dessen.

Ela diz que a renda deve ser suficiente para sustentar a pessoa até que ela encontre um novo trabalho e se restabeleça financeiramente.

Quem quiser montar uma reserva de emergência, deve começar fazendo um raio-x de seus gastos, para identificar para onde o dinheiro está indo. Ao cortar despesas desnecessárias, sobrarão mais recursos mensalmente.

O ideal é fazer uma aplicação que tenha resgate fácil. Uma opção é a poupança –o rendimento, porém, foi de só 6,62% neste ano, contra uma inflação de 8,52% do IPCA. Os CDBs e fundos, especialmente aqueles com taxa de administração baixa, rendem mais. Quem não tem disciplina, pode programar aplicação automática.

*

ANO DIFÍCIL

Organize o orçamento familiar para elevar reservas em 2016.

> NOME SUJO

Analise suas contas e verifique se tem débitos em atraso ou financiamentos com juros altos. As contas atrasadas podem ter provocado a inscrição de seu CPF em cadastros de restrição de crédito. É prudente fazer uma consulta para saber como está sua situação financeira.

> PRIORIDADES

Utilize o valor do 13º, em primeiro lugar, para quitar as dívidas (veja dicas ao lado). Caso não tenha pendências financeiras, é hora de dar o segundo passo: organizar o orçamento familiar. Coloque todas as despesas na ponta do lápis e programe-se para poupar um pouco por mês. O ideal é reservar ao menos 10% de sua renda líquida.

> CAIXA EMERGENCIAL

Para se proteger de imprevistos, como a perda do emprego em ano de crise, é preciso aumentar o esforço de poupança. O horizonte deve ser de três a seis meses de seu salário atual, o que permitiria manter o pagamento de suas despesas por algum tempo, enquanto procura um novo posto de trabalho.

> APLICAÇÃO

Com o caixa reforçado, é possível pensar em fazer um investimento. Para escolher a aplicação, lembre-se de que, por serem recursos emergenciais, eles devem ser colocados em uma modalidade com liquidez –e que permita o resgate a qualquer momento, como poupança, CDB e Tesouro Direto.

Confiança da indústria volta a cair em novembro após 2 meses de alta, diz FGV

30/11/2015 – Fonte: R7

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) voltou a cair em novembro após dois meses de alta, com piora das expectativas, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta segunda-feira.

O ICI recuou 1,4 ponto sobre o mês anterior e chegou a 74,8 pontos. "Nos últimos meses houve melhora, ainda que discreta, em alguns aspectos dos negócios, como a percepção sobre a demanda externa e sobre o nível de estoques."

"Mas o setor dificilmente observará uma melhora contínua, como poderiam sugerir as altas do ICI em setembro e outubro, enquanto não ocorrer uma reação mais expressiva da demanda interna", afirmou o superintendente adjunto para ciclos econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr.

O resultado se deveu à queda do Índice de Expectativas (IE) de 2,8 pontos, para 75,1 pontos. Já o Índice da Situação Atual (ISA) ficou estável em 74,8 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada, por sua vez, caiu 0,3 ponto percentual e chegou a 74,6 por cento em novembro sobre o mês anterior, atingindo a mínima histórica.

Em setembro, o setor automotivo abateu a produção de bens de consumo duráveis e a indústria registrou queda de 1,3 por cento em sobre agosto, o quarto resultado mensal negativo e o pior para o mês na série histórica do IBGE.

Percentual de trabalhadores que pediram o seguro-desemprego pela primeira vez diminui em 2015

30/11/2015 – Fonte: R7

O seguro-desemprego garante uma renda provisória para os trabalhadores demitidos sem justa causa e que tinham um tempo mínimo de carteira assinada.

Em caso de demissão por justa causa ou nos pedidos de demissão, o trabalhador não tem direito ao benefício. O critério de concessão também varia se o beneficiário recebeu ou não o seguro-desemprego anteriormente.

Segundo o levantamento feito pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, feito a pedido do **R7**, o percentual de trabalhadores que pediram o benefício pela primeira vez caiu de 44%, em 2014, para 39,58%, este ano.

A média de concessões em 2014 foi de 707,5 mil, sendo que 311,3 mil eram trabalhadores que nunca tinha pedido o benefício. Nos dez primeiros meses de 2015, a média de concessão do seguro-desemprego ficou em 596 mil. Deste total, 235,8 mil trabalhadores fizeram o pedido pela primeira vez.

Desde o dia 28 de fevereiro deste ano, o governo adotou novas regras para a concessão do seguro-desemprego. Antes, para ter direito ao benefício, o trabalhador precisava comprovar, no mínimo, seis meses de trabalho antes da dispensa.

Com a nova regra, para o primeiro pedido é necessário ter trabalhado, no mínimo, um ano nos últimos 18 meses.

No primeiro pedido, o trabalhador tem direito a quatro parcelas do seguro-desemprego, porém, se tiver mais de 24 meses de trabalho antes da dispensa receberá cinco parcelas.

Maiores empresas de cobre na China concordam em cortar produção em 2016

30/11/2015 – Fonte: R7

Nove grandes produtores de cobre na China acordaram um plano inicial para cortar a produção do metal refinado em mais de 200 mil toneladas em 2016, ou cerca de 5 por cento a partir do nível deste ano, disse neste sábado um executivo de uns produtores.

O acordo seguiu uma reunião pelos produtores no sábado em Xangai para discutir cortes de produção coordenados para apoiar o mercado depois que os preços em Xangai e na London Metal Exchange caíram para seu nível mais baixo em mais de seis anos.

China, a segunda maior economia do mundo, é a principal produtora de cobre refinado e consumidora, mas está sofrendo uma desaceleração econômica adicionando pressão sobre o mercado global.

O crescimento chinês caiu para 6,9 por cento no terceiro trimestre, o mais fraco desde a crise financeira global. (Por Polly Yam)

Vale contesta MPF e diz que mineração em Onça Puma está paralisada

30/11/2015 – Fonte: R7

A mineradora Vale contestou nesta sexta-feira o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e afirmou que as atividades de mineração de níquel de Onça Puma, no Estado, estão paralisadas desde 9 de outubro, cumprindo decisão judicial.

A ordem de paralisação, dada em 8 de outubro, foi resultado de um recurso impetrado pelo MPF em um processo que acusa a mineradora por descumprimento da licença ambiental da mina e pela contaminação do rio Cateté por metais pesados.

"A Vale informa que desde 09/10 vem cumprindo a decisão judicial de paralisação da atividade de mineração em Onça Puma, localizada em Ourilândia do Norte (PA)", afirmou a empresa em nota enviada à Reuters.

Segundo a companhia, a Vale já ingressou com recurso visando reestabelecer as atividades, apresentando laudos técnicos que "comprovam a inexistência de relação entre a sua atividade e os elementos dissolvidos encontrados na água do Rio Cateté".

A procuradora da República do MPF/PA Luisa Sangoi afirmou à Reuters nesta sexta-feira que os índios locais enviaram relatos e provas de que Onça Puma não parou.

"A Vale diz que está cumprindo, mas os índios dizem que as atividades não estão suspensas... Além dos relatos dos índios, recebemos fotos das associações indígenas", afirmou a procuradora.

Segundo ela, nesta semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviou ofício à Justiça Federal em Redenção (onde começou o processo judicial) para que obrigue a paralisação. Além da paralisação da mina, o processo judicial sobre a Onça Puma também trata da compensação socioambiental aos índios.

O MPF afirma que a empresa instalou a exploração minerária sem implantar os planos e projetos para mitigar e compensar os impactos que causa às comunidades.

Por decisão judicial, a empresa foi obrigada a pagar, a partir de agosto de 2015, o valor mensal de 1 milhão de reais para cada aldeia afetada.

O STJ aceitou um pedido da mineradora para que o dinheiro fosse, por enquanto, depositado em juízo e não repassado aos índios.

Em sua nota, a Vale afirmou que já comprovou o depósito de 7,4 milhões de reais em conta judicial perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que deverá ficar bloqueada por recente decisão do STJ.

"A Vale vem atrasando o pagamento desses depósitos", contestou a procuradora Luisa Sangoi.

O processo do MPF contra a Vale no caso da Onça Puma tramita desde 2012, explicou a procuradora.

Anteriormente, uma decisão do Tribunal Regional Federal em Brasília chegou a ordenar a paralisação do empreendimento, mas teve seus efeitos suspensos após a Vale entrar com mandado de segurança em agosto.

A Vale, uma das maiores produtoras de níquel do mundo, afirmou que a análise de amostras realizadas pelo Instituto de Perícia Paraense não demonstra a contaminação por

níquel e que a presença de elementos dissolvidos decorre da condição geológica da área, sem relação com a atividade da Vale na região.

Prazo para pagar guia de outubro do eSocial termina nesta segunda-feira

30/11/2015 – Fonte: G1

Termina nesta segunda-feira (30) o prazo para pagamento da guia do eSocial, o Simples Doméstico, que reúne tributos como o FGTS, INSS e demais encargos do trabalhador doméstico referentes ao mês de outubro. O patrão que atrasar o pagamento está sujeito a multa 0,33% ao dia, limitada a 20%.

Este é o primeiro pagamento no novo modelo desde que começaram a valer novos direitos dos empregados domésticos em 1º de outubro. O pagamento que deve ser feito até esta segunda se refere aos dias trabalhados em outubro.

Para fazer o recolhimento, o patrão deve se cadastrar como empregador no eSocial, e em seguida registrar também os dados de seu(s) empregado(s). Após o cadastro, é possível fazer a emissão da guia única de pagamento.

A guia única tem código de barras e o valor pode ser pago em qualquer agência ou canais eletrônicos disponíveis pela rede bancária.

O prazo anterior para fazer o pagamento era o dia 6 de novembro, mas ele foi adiado pelo governo até o final do mês. A decisão aconteceu após uma série de falhas no site e reclamações de empregadores.

Mudanças nas próximas guias

No último dia 19, a Receita anunciou que foram feitas mudanças no site do eSocial para que seja possível incluir o cálculo de tributos sobre o 13º salário e desligamento de empregados a partir de dezembro.

Ambas as funcionalidades ainda não estão disponíveis no site do eSocial. Esses e outros problemas haviam sido apontados por especialistas no assunto.

Esse novo modelo de pagamento já estava previsto na chamada PEC das Domésticas, lei que foi aprovada em abril de 2013. Mas eles só foram regulamentados no último mês de junho, e apenas agora começam a valer. A lei do Simples Doméstico foi regulamentada no dia 1º de junho e, no início de outubro, começou o cadastro de trabalhadores no sistema.

As guias de pagamento começaram a ser emitidas pela internet no dia 1º de novembro.

Para a folha de novembro, segundo o site do eSocial, o recurso estará disponível a partir de terça-feira (1º). Essa liberação decorre da prorrogação do prazo de vencimento da guia de outubro.

Como é o cadastro

Para cadastramento são necessários CPF e número de recibos da declaração do Imposto de Renda de 2014 e 2015 do empregador. Quem não tiver os recibos deve consultar o site da Receita ou procurar uma agência do órgão. Se o empregador for isento do IR, deverá utilizar o número do título de eleitor para o cadastro.

Caso o empregador também não tenha o título de eleitor, deverá utilizar o Certificado Digital, obtido no atendimento da Receita na internet.

No caso do empregado, são necessários nome, CPF, data de nascimento registrada na carteira de trabalho e número do NIS – o mesmo número usado no pagamento do INSS, além do endereço, telefone, início do contrato de trabalho, salário e jornada.

Ao final, o sistema gera um código de acesso, e o contribuinte deve criar uma senha. O código e a senha serão necessários para acessar o site novamente e emitir a guia de pagamento.

Abatimento no Imposto de Renda

A Receita Federal explica que o empregador que desejar abater os gastos com o INSS do empregado doméstico na declaração do IR de 2016 deverá colocar seu CPF no cadastramento, e não de outra pessoa da família, para poder realizar esse procedimento.

No IR de 2015, relativo ao ano-base 2014, o limite de abatimento é de R\$ 1.152,88. Esse valor correspondeu à alíquota de 12% aplicada sobre o salário mínimo de R\$ 724 vigente no ano passado.

Caso o empregador pague mais de um salário mínimo, ele não pode abater todo o valor gasto com a contribuição patronal do INSS.

Novos direitos dos domésticos

O Simples doméstico contempla o recolhimento dos seguintes encargos:

- FGTS: equivalente a 8% do salário do trabalhador;
- Seguro contra acidentes de trabalho: 0,8% do salário;
- Fundo para demissão sem justa causa: 3,2% do salário;
- INSS devido pelo empregador: 8% do salário;
- INSS devido pelo trabalhador: de 8% a 11%, dependendo do salário;
- Imposto de Renda Pessoa Física: se o trabalhador receber acima de R\$ 1.930,0

Banco popular oferece 'microcrédito' para empreendedores em SP

30/11/2015 – Fonte: G1

O banco está presente em 538 municípios do estado de São Paulo. Existem outras instituições parecidas em estados do Nordeste, além do Tocantins, Minas Gerais e Amazonas.

O público-alvo é dividido entre os informais, pessoa física, e pessoa jurídica. São empréstimos de R\$ 200 a R\$ 20 mil. As exigências são simples e o dinheiro sai rápido. O recurso pode ser para investimento fixo, capital de giro ou misto.

Noemi de Carvalho Carmo mora em São Mateus, Zona Leste de São Paulo. Ela é professora e queria mudar de vida. Com R\$ 30 mil de recursos próprios, Noemi alugou e reformou uma pequena loja e comprou expositores, mas faltou dinheiro e algumas prateleiras ficaram vazias.

A empresária então pegou R\$ 7,5 emprestados no Banco do Povo Paulista. Um sobrinho serviu como avalista. Com o dinheiro, a empresária comprou mais de 1 mil produtos. Com mais opções de itens, vendeu mais. Em dois meses, o faturamento dobrou. No último mês, foi de R\$ 6,5 mil.

CONTATOS:

BANCO DO POVO PAULISTA

Rua Boa Vista, 170 – 2º andar, Centro

São Paulo/SP – CEP: 01014-000

Telefone: (11) 3241-2300

Site: www.bancodopovo.sp.gov.br

INOVA FAST

Rua Conde de Ericeira, 07 – Jd Santo André

São Paulo/SP – CEP:

Especial armazenar o vento: Bateria orgânica com água

30/11/2015 – Fonte: CIMM

Kaixiang Lin, da Universidade de Harvard, nos EUA, desenvolveu um novo tipo de bateria recarregável que pode tornar o armazenamento de eletricidade a partir de fontes de energia intermitentes, como a solar e a eólica, segura e barata, tanto para uso residencial como comercial.

Na operação da bateria, os elétrons são coletados e liberados por compostos químicos seguros, de baixo custo e abundantes - carbono, oxigênio, nitrogênio, hidrogênio, ferro e potássio - dissolvidos em água.

Os componentes ativos dos eletrólitos na maioria das baterias de fluxo são íons de metais como o vanádio dissolvido em ácido sulfúrico. Além de serem caros, corrosivos e difíceis de lidar, esses materiais são cineticamente lentos, o que talvez explique porque um conceito tão promissor quanto o das baterias de fluxo ainda não tenha sido largamente adotado.

Geração distribuída de energia

No ano passado, a mesma equipe havia apresentado uma bateria de fluxo orgânica na qual os metais foram substituídos por moléculas orgânicas (baseadas em carbono) chamadas quinonas, substâncias químicas naturais e abundantes, essenciais em processos biológicos como a fotossíntese e a respiração celular.

Mas as quinonas formavam apenas metade da bateria, seu eletrodo negativo, enquanto o lado positivo dependia de um eletrólito de bromo. Esse metal é usado em várias outras baterias, sendo razoável seu uso em ambiente industrial, por pessoal qualificado.

Mas a toxicidade e a volatilidade do bromo depõem contra seu uso em ambientes residenciais, rumo à geração distribuída de energia, na qual painéis solares ou turbinas eólicas residenciais geram durante o dia a energia que a família usará à noite.

Ferrocianeto

Agora, a equipe finalmente conseguiu substituir o bromo por íons de um ferrocianeto não-tóxico e não-corrosivo.

"Isso soa mal porque tem a palavra 'cianeto'," pondera o professor Michael Marshak. "O cianeto é letal porque se liga muito firmemente ao ferro do corpo humano. No ferrocianeto ele já está ligado ao ferro, por isso é seguro. Na verdade, o ferrocianeto é comumente usado como aditivo alimentar e também como fertilizante."

"Esta é a química que eu ficaria feliz em colocar no meu porão," disse seu colega Michael Aziz. "A não-toxicidade e materiais abundantes e baratos colocados em uma solução de água significa que é segura - ela não pega fogo - e isso é uma enorme vantagem quando você está armazenando grandes quantidades de energia elétrica em qualquer lugar perto das pessoas."

Indefinição sobre Sete Brasil provoca nova onda de demissões na indústria naval

30/11/2015 – Fonte: CIMM

A indefinição sobre o futuro da Sete Brasil, responsável pela construção de sondas de perfuração para a Petrobras, provoca uma nova onda de demissões na indústria naval

com o desligamento de dois mil funcionários até dezembro no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis.

É o segundo a reduzir a operação à espera de pagamentos da empresa, que há mais de um ano parou de repassar verbas para a construção de sondas já em andamento. A decisão do estaleiro agrava a desconfiança quanto à salvação da empresa, já afetada pela prisão, na quarta-feira (25), do banqueiro André Esteves, ex-presidente do BTG Pactual e principal articulador de um acordo entre os credores de US\$ 3,6 bilhões em dívidas da Sete Brasil.

As demissões foram anunciadas pelo estaleiro ao Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis na quarta-feira. Cerca de 230 funcionários já foram demitidos e os demais serão desligados até a primeira quinzena de dezembro.

As demissões reduzem em um terço a capacidade de trabalho do estaleiro, contratado pela Sete Brasil para construir seis sondas para a Petrobras - duas em fase intermediária e uma com 90% de avanço físico, que teve as obras suspensas.

Segundo o presidente do sindicato, Manoel Sales, a direção do estaleiro sinalizou que a folha de funcionários estava "insustentável" após um ano sem aportes da Sete Brasil. A empresa teria indicado ao estaleiro que não há previsão para regularizar os pagamentos.

"As demissões vão ter efeito na cidade, no comércio. Angra 3 (usina nuclear) já mandou embora mais de 1,5 mil trabalhadores. É muita demissão ao mesmo tempo", disse o sindicalista.

No início do ano, o estaleiro Enseada, da Odebrecht, na Bahia, também fechou as operações e demitiu mais de seis mil trabalhadores também por conta do calote da Sete Brasil. O estaleiro desistiu do contrato com a empresa, que depende de uma reestruturação em discussão na Petrobras desde janeiro.

A crise na estatal, a retração dos investimentos no setor de óleo e gás e os efeitos da operação Lava Jato sobre empreiteiras já provocou a demissão de 20 mil pessoas na indústria naval somente em 2015.

A Sete Brasil e seus ex-diretores também são citados no esquema de formação de cartel e desvio de recursos para pagamento de propinas, o que desencadeou a grave crise na empresa, que também já demitiu cerca de 25% de seu quadro de funcionários e só tem caixa para operar até o primeiro trimestre do próximo ano mesmo sem realizar os pagamentos aos estaleiros.

Em nota, a empresa informou que "depende da aprovação do plano de reestruturação para regularizar o cronograma de pagamentos", e disse que não comentaria as demissões.

Apesar dos atrasos, os estaleiros tinham acordado manter as operações na espera de um acordo com a Petrobras. Investidores também tinham concordado em adiar dívidas vencidas em outubro, após uma articulação liderada pelo BTG Pactual, um dos principais sócios na Sete Brasil.

Com a decisão do Brasfels e a prisão de André Esteves, há apreensão quanto à manutenção do acordo e mesmo a salvação da empresa. Petrobras e o fundo de pensão Petros já registraram perdas com o investimento na companhia, e outros sócios também sinalizaram que vão rever o valor do ativo.

O entrave para a empresa é a reestruturação de seu contrato com a Petrobras. Inicialmente, o contrato previa a construção de 28 sondas, com diferentes empresas operadoras. Agora, está em negociação a construção de apenas 18 ou até menos, com apenas três grupos operadores, entre eles a própria Sete Brasil.

A medida visaria recuperar a receita perdida com a redução do número de sondas. O acordo também prevê que dois novos sócios façam aportes de R\$ 2 bilhões no projeto, e um deles assumirá a construção e a propriedade de quatro sondas.

Apesar de o esboço do acordo ter passado por um pente fino pela área jurídica da estatal, ainda há resistências. Executivos da área técnica avaliam que a contratação da Sete é inviável diante do avanço da Operação Lava Jato.

Já entre executivos ligados ao governo, entretanto, a percepção é que abandonar o projeto ampliaria o desgaste político.

A expectativa entre os investidores era que o conselho de administração da Petrobras analisasse o novo modelo proposto para a Sete Brasil em reunião que ocorre nesta sexta-feira, 27, mas o tema não está previsto na pauta

Citroën abandona as suspensões hidropneumáticas e promete nova tecnologia

30/11/2015 – Fonte: CIMM

A CEO da Citroën, Linda Jackson, anunciou que a marca vai abandonar as suspensões hidropneumáticas. Segundo ela, a marca trabalha numa nova tecnologia de suspensões revolucionárias que será lançada em 2017.

No momento, ainda não há detalhes sobre o funcionamento desta nova tecnologia, mas segundo a Citroën, esta nova arquitetura irá replicar as qualidades da tecnologia Hydractive 3+ sem comprometer a dinâmica.

Uma notícia que deixará os adeptos da marca francesa tristes, visto que esta tecnologia acompanha a Citroën há várias décadas. Recordamos que as suspensões hidropneumáticas foram implementadas pela primeira vez no histórico Citroën Traction Avant, no ano de 1954.

Para além deste anúncio, Linda Jackson disse ainda que a Citroën pretende reduzir pela metade a gama de modelos à venda (de 14 para 7) e apostar num design mais vanguardista. Mudanças que a marca francesa espera que se traduzam num aumento das vendas de 15% até 2020, um número ambicioso que se traduz em cerca de 1.6 milhões de carros por ano.

Estudo da Poli pode aumentar eficiência e reduzir desgaste de motores flex

30/11/2015 – Fonte: CIMM

A otimização dos motores flex-fuel tornou-se um urgente desafio tecnológico no momento em que o etanol veicular se afirma, cada vez mais, como alternativa para a redução das emissões de CO₂ e outros poluentes. No Brasil, quase 90% dos veículos leves licenciados em 2014 já dispunham da tecnologia flex-fuel.

E, embora de forma menos vigorosa, a transição dos combustíveis fósseis para os biocombustíveis está em curso em muitos outros países, principalmente por meio do aumento do percentual de etanol acrescentado à gasolina.

Nesse contexto, os trabalhos apresentados por pesquisadores brasileiros no Leeds-Lyon Symposium on Tribology (LLST) de 2015 mostraram o quanto o país avançou no estudo dos impactos causados nos motores pelos biocombustíveis.

“O Laboratório de Fenômenos de Superfície (LFS) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) é, atualmente, um dos centros de investigação líderes no setor”, disse Tiago Cousseau, um dos pesquisadores do LFS presentes no LLST à Agência Fapesp.

Além de três trabalhos do LFS (um deles em parceria com a Universidade de Halmstad, na Suécia), dois trabalhos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN) foram levados ao encontro, que é considerado um dos congressos mais tradicionais e respeitados na área. A edição de 2015 do Leeds-Lyon reuniu mais de 300 pesquisadores de vários países.

As pesquisas do LFS são apoiadas pela Fapesp por meio do projeto "Desafios tribológicos em motores flex-fuel", integrado aos programas Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE). As instituições parceiras no projeto são a Petrobras, as montadoras de veículos Fiat, Renault e Volkswagen, as empresas de autopeças Mahle e Tupy, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do ABC (UFABC), além da própria USP.

"O foco do LFS tem sido essencialmente reduzir a perda de eficiência dos motores causada pelo atrito e o desgaste dos componentes. Isso tem a ver com a geometria das peças e também com sua microgeometria, definida pela operação de usinagem chamada brunimento", afirmou o engenheiro Amilton Sinatora, professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador do projeto.

Não se trata do simples polimento, porque, em certas regiões ao longo do curso do pistão, o polimento excessivo pode prejudicar a ação dos aditivos dos lubrificantes. O que os pesquisadores do LFS fazem é controlar o processo de usinagem, observando a topografia da peça na escala de tamanho de dois décimos de micron.

"Para cada região, há uma rugosidade, um acabamento adequado. O polimento não deve ser homogêneo nem do ponto de vista espacial nem do ponto de vista temporal. No início da vida útil do motor, é necessário que haja maior rugosidade. No decurso do funcionamento, a rugosidade diminui naturalmente e sua importância também diminui", informou Sinatora.

Devido à necessidade de reduzir o consumo de energia, existe uma tendência mundial, inexorável, de produzir lubrificantes cada vez menos viscosos. Com menor viscosidade, o motor roda mais consumindo menos combustível. "Mas é preciso determinar os aditivos apropriados para essa nova geração de lubrificantes. E este é outro subtema que estudamos", prosseguiu Sinatora.

Além disso, no caso dos motores flex-fuel, existe uma peculiaridade a ser considerada. Trata-se da água presente no etanol, em um percentual de 5%. Essa água, juntamente com o próprio etanol, "lava" as superfícies dos componentes, carregando os aditivos depositados pelos lubrificantes.

"A película de aditivos, que chamamos de 'tribofilme', é removida pelo etanol ou mesmo pela gasolina consumida no Brasil, que, de acordo com a legislação, pode conter até 27% de etanol. Trabalhando com a geometria e microgeometria dos componentes e com a formulação de lubrificantes, procuramos, por várias vias, minimizar os inconvenientes e melhorar o desempenho dos motores", acrescentou Cousseau.

Por ser desenvolvido em parceria com montadoras concorrentes, não cabe ao projeto "Desafios tribológicos em motores flex-fuel" produzir tecnologia aplicável (know how). Suas pesquisas se voltam para o conhecimento dos fundamentos (know why), que cada empresa parceira poderá depois utilizar no desenvolvimento de seus próprios processos e produtos.

Com 47 unidades paralisadas, setor siderúrgico volta ao patamar de 2006

30/11/2015 – Fonte: CIMM

As siderúrgicas devem encerrar o ano com queda de 16,3% nas vendas, retornando ao patamar de 2006. Diante deste cenário, 47 unidades foram desativadas ou paralisadas no Brasil e, segundo representantes do setor, este é um ano para ser esquecido.

"Além da desaceleração da economia, a restrição ao crédito está muito grande, o que impacta sensivelmente o setor siderúrgico", afirma o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos (Sindisider), Carlos Loureiro.

Para o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, o crescimento pífio da economia, aliado ao cenário de sobrecapacidade global, levou ao adiamento de investimentos e diversas paralisações no mercado doméstico.

"Esta é a pior crise da história da siderurgia brasileira", declarou. O IABr projeta ainda o fechamento de outras 24 unidades no Brasil, nos próximos seis meses, o que pode incluir altos-fornos, aciarias, coquearias, laminadores, entre outros. Outros 23 equipamentos, conforme o IABr, foram adquiridos, mas não foram instalados.

Segundo a entidade, a produção deve recuar 2% neste ano, no País, para 33,2 milhões de toneladas, pior desempenho desde 2010.

Com isso, as demissões na cadeia siderúrgica atingiram 21,7 mil pessoas desde o início de 2014 e, segundo o IABr, outros 7,4 mil funcionários devem ser dispensados nos próximos seis meses. Esses números não contemplam os cerca de 2,2 mil empregados em regime de layoff (suspensão temporária do contrato).

Entre as paralisações, a mais recente ocorreu na Usiminas, que já havia desligado dois altos-fornos em 2015, um em Cubatão (SP) e outro em Ipatinga (MG). Há algumas semanas, a empresa anunciou a suspensão das operações primárias da Baixada Santista, ficando apenas com laminação.

Já a gigante global ArcelorMittal anunciou, este ano, a intenção de desativar um dos laminadores de aços longos de Piracicaba (SP), com capacidade de 500 mil toneladas. O segmento de aço longo (vergalhões) acompanha a retração do mercado imobiliário.

O cenário também afetou a brasileira Votorantim, que paralisou a aciaria de Barra Mansa (RJ). A unidade tem capacidade para produzir 800 mil toneladas de aços longos.

"Nós temos uma folga muito grande de capacidade instalada no mercado brasileiro, que poderia ser usada para exportação, mas desde que houvesse rentabilidade", diz Lopes.

Ele explica que as exportações devem encerrar o ano com crescimento de 36,2% sobre 2014. "Esta é a única alternativa das empresas para não fecharem as portas. Mas as siderúrgicas estão vendendo ao exterior sem margens."

Segundo o presidente do IABr, Benjamin Mário Baptista Filho, o mercado global tem sido inundado por volumes significativos de aço com preços "predatórios", em sua maioria da China. "O país asiático está invadindo praticamente todos os mercados", declarou.

De acordo com Lopes, mais de 116 medidas foram tomadas ao redor do mundo para tentar evitar que a China inunde o mercado com 400 milhões de toneladas excedentes.

O governo federal pode anunciar em até 15 dias uma elevação nos impostos sobre importação de produtos siderúrgicos, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, segundo a Reuters.

Projeções

Para 2016, a projeção do IABr é de que as vendas de aço atinjam 17,4 milhões de toneladas, recuo de 4% sobre 2015, que já foi de queda expressiva. "Não há nada que sinalize recuperação do mercado interno para 2016", afirma Lopes.

O consumo aparente também deve apresentar um declínio de 5,1% na mesma base de comparação, para 20,2 milhões de toneladas, segundo o IABr.

Projeto de nacionalização da GE atrai 100 fornecedores

30/11/2015 – Fonte: Usinagem Brasil

Para atender às exigências de nacionalização impostas pelo BNDES no setor de energia eólica, a GE montou um projeto de nacionalização de componentes que ao longo do último ano atraiu cerca de 100 fornecedores, entre nacionais e estrangeiros.

O mais recente item nacionalizado é o gerador DFIG 3.15 MW (Gerador de Indução Duplamente Alimentado) que integra a machine head das turbinas eólicas de 3 MW de potência, responsável pela conversão da energia cinética (vento) em energia elétrica.

De acordo com a companhia, a nacionalização deste produto coloca a GE como a única fornecedora de geradores de indução com essa potência enquadrada no Finame.

A peça já está sendo produzida na fábrica da GE em Campinas, no interior de São Paulo, onde são produzidos componentes eólicos e motores e geradores elétricos. As entregas de produção em série tiveram início em setembro de 2015.

"Atuamos em duas frentes, buscando fornecedores que atuavam em outros segmentos da indústria local para atuarem na indústria eólica e atraindo empresas estrangeiras para se instalarem no País", explica Jones Jacon, gerente de Projetos de Power Conversion, uma divisão da GE Energy Management. "O resultado do esforço foi a nacionalização de aproximadamente 300 subcomponentes que compõe o gerador DFIG".

A peça entra na lista do Finame com índices de nacionalização acima do requerido, porém o índice ainda pode ser elevado no médio prazo, segundo o gerente de projetos da GE.

Também faz parte da estratégia da empresa nacionalizar geradores de menor porte que integram turbinas eólicas de 2 MW de potência, dando continuidade ao projeto da empresa de nacionalizar o máximo de componentes possíveis a fim de garantir flexibilidade e margem aos clientes da empresa em energia eólica.

"A energia eólica desempenha papel estratégico na configuração da matriz energética do País. Neste sentido, o movimento de atração de novos fornecedores para atuarem no mercado local será cada vez mais importante ao ponto em que sustentará a expansão da indústria em uma visão de longo prazo", comenta Sergio Zuquim, diretor comercial para a América Latina de Power Conversion, da GE Energy Management.

Atualmente, a GE trabalha no processo de nacionalização de inversores para energia eólica e para energia solar, aproveitando a expansão das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira.

Hoje, a energia eólica corresponde por 5% da matriz do País, contando com mais de 8 GW de capacidade instalada, enquanto a fonte solar teve seus primeiros leilões realizados em 2014, somando mais de 2.6 MW contratados em novos projetos.

Indústria de transformação se une contra possível aumento do aço

30/11/2015 – Fonte: Usinagem Brasil



“Governo estuda aumento de imposto para proteger aço brasileiro”, informava o site UOL, no dia 18 de novembro. A notícia serviu como um alerta às entidades da indústria de transformação.

Rapidamente, associações como Abimaq, Abipeças, Eletros, ABFA, entre outras, se manifestaram através de cartas e telefonemas a ministros e à presidência da República, certas de que na sequência da elevação o do imposto viria um novo aumento do preço do aço no mercado nacional.

As ações das entidades culminaram com uma coletiva de imprensa, realizada na sede da Abimaq na última quarta-feira, com a presença de 11 entidades, incluindo a Abifer, Simefre, Anfir, CBIC, ABCEM, Sictel e Abinee, além das citadas anteriormente.

Segundo os participantes, um novo aumento do preço do aço - um dos principais insumos da indústria de transformação em geral - seria “mais um duro golpe, e talvez fatal, na já combalida competitividade da indústria de transformação brasileira”, conforme carta da Abimaq endereçada a vários ministérios e à presidente Dilma.

De acordo com o publicado pelo UOL, as alíquotas de produtos siderúrgicos, hoje entre 8 e 14% poderiam subir para 15 a 20%. E o governo estaria sendo pressionado pelo fato de o setor siderúrgico ter fechado cerca de 11 mil vagas entre julho e outubro deste ano e, principalmente, a recente demissão de 4 mil funcionários da Usiminas em Cubatão (ex-Cosipa).

Segundo as entidades presentes na coletiva de imprensa, as importações de aço hoje representam apenas 15% do consumo nacional, sendo que 5% são produtos não fabricados no País. Em alguns setores da indústria de transformação, como máquinas e equipamentos, por exemplo, a importação representa mais de 50%.

De acordo com Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq, o setor siderúrgico reúne 11 empresas que faturam R\$ 30 bilhões e empregam 120 mil trabalhadores diretos. Como comparação, lembrou que apenas as entidades ali reunidas (sem contar várias outras que não estavam presentes em função de agenda) “representavam cerca de 73 mil empresas, com faturamento de R\$ 700 bilhões, cinco vezes o faturamento da indústria do aço, e que empregam 4 milhões de empregos diretos. Nesses setores aqui representados não foram cortados apenas 11 mil empregos, mas 800 mil postos de trabalho”, disse.

Paulo Butori, presidente da Abipeças e do Sindipeças, lembrou que apenas no Brasil e em mais nenhum lugar no mundo o imposto de importação da matéria-prima é superior à alíquota de importação do produto acabado. Isto, na opinião dos empresários, é mais um convite para se deixar de produzir no Brasil e importar o produto pronto.

"Agora, quando estamos conseguindo melhorar um pouco a nossa competitividade internacional, graças à desvalorização cambial (que não foi pequena, de cerca de 45%), e que também contribuiu para a melhora da competitividade das siderúrgicas, uma ação como essa pode nos retirar parte desta competitividade. No passado, ações protecionistas como esta, não levaram a nada. Nós apenas regredimos", afirmou.

Christian Arntsen, da ABFA - Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas, Abrasivos e Usinagem, destacou que boa parte das empresas representadas naquela mesa têm projetos de longo prazo, envolvendo investimento em novas fábricas ou ampliações.

"E o custo da matéria-prima é um fator importante para decisões de investimento. Quando o governo toma medidas imediatistas como essa, de curto prazo, para beneficiar um único setor, cria instabilidade, o que em nada contribui na estratégia de construção de um ambiente de crescimento, de recuperação", disse.

Os presentes lembraram ainda que, ao invés de conversar e atender um único setor, o governo deveria reunir-se com todos os setores, com toda a cadeia produtiva, que poderiam vir a ser afetados pela medida.

POSIÇÃO DO IABr - O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, classificou de "histeria programada" a reação de entidades como a Abimaq e Abinee. "O fato de ter aumento do Imposto de Importação não quer dizer que haverá aumento de preço", disse, de acordo com notícia publicada pela Agência Estado.

O executivo afirmou ainda que o IABr trabalhou por oito meses junto com entidades da cadeia metal-mecânica para que apresentassem medidas de defesa conjuntas, mas as conversas acabaram sendo abortadas.

"Essas entidades não querem avançar porque têm hoje, em seu segmento, empresas que abriram mão do processo produtivo para optar pela importação. Não consigo entender essa histeria programada", declarou.

Scania irá exportar caminhões para a Europa

30/11/2015 – Fonte: Usinagem Brasil



Com a forte retração do mercado nacional de caminhões, a filial brasileira da Scania recebeu com certo alívio a incumbência de contribuir para desafogar as operações da matriz, na Suécia, que estão próximas do limite da capacidade.

A empresa passará a exportar caminhões para a Europa a partir de 2016 – atualmente exporta para o mercado europeu apenas peças e componentes de transmissão e de motores.

Com queda superior a 60% nas vendas para o mercado interno de caminhões e ônibus, a empresa já havia ampliado as exportações.

Hoje, as vendas para cerca de 20 países da América Latina, Oriente Médio e a Índia já superam os negócios no mercado doméstico. 60% da produção têm como destino o mercado externo.

Com o início das exportações para a Europa, a filial estima que dois em cada três caminhões produzidos no Brasil em 2016 serão exportados, segundo reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico.

Para atender a legislação de emissões europeia, a montadora passará a produzir motores Euro 6. A nova linha dá sequência à estratégia da Scania de investimento na construção de um portfólio de veículos globais no Brasil.

Para tanto, alinhou o padrão tecnológico da fábrica de São Bernardo ao de suas operações mais modernas no mundo. Recentemente investiu R\$ 96 milhões numa nova linha de pintura, que entrou em operação no início de 2015, e em julho iniciou as obras de um novo setor de armação das cabines.

Outros R\$ 32 milhões estão sendo investidos num laboratório de testes de motores, a ser inaugurado em março.

Em entrevista ao Valor, Per-Olov Svedlund, presidente da montadora na América Latina, disse que os investimentos em 2016 deverão superar o ritmo anual médio de R\$ 100 milhões dos anos recentes.

Para o próximo ano, o orçamento incluirá também recursos destinados à nacionalização de componentes, de forma a reduzir a exposição à flutuação do dólar e do euro nas importações de peças.

Noma espera crescimento de até 10% em 2016

30/11/2015 – Fonte: Usinagem Brasil



Fabricante de implementos rodoviários, a Noma estima que em 2016 o mercado brasileiro de caminhões apresente leve reação. “2016 será igual a 2015, mas com viés de alta”, disse Marcos Noma, diretor da empresa, durante coletiva de imprensa na Fenatran, prevendo que sua empresa deve registrar crescimento entre 6 e 10%.

O executivo observou que o mercado nacional de caminhões e implementos é historicamente flutuante. “Porém, nunca registrou três anos de queda seguidos”, lembrou, referindo-se à retração em 2014 (11,3%) e a de 2015 (estimada em 45%). “Não acreditamos que o mercado irá cair mais em 2016”.

Mas não só. A empresa também apostando na reação do setor agrícola, segmento ao qual tem dirigido grandes esforços. “Hoje, a nossa participação no segmento florestal é 42%”, afirmou o executivo, acrescentando que a empresa aumentou a sua participação no market share, alcançando cerca de 12% - saltando da quinta para a 2ª posição do mercado nacional. Ainda segundo Marcos Noma em 2017 a recuperação será mais consistente.

De acordo com Marcos Noma, essa visão mais otimista no médio prazo é que estimulou a empresa a seguir adiante com o projeto de investimento numa nova fábrica, em Tatuí, no interior de São Paulo.

A nova unidade começou a ser construída em abril de 2015 e deve entrar em operação em 2017, com capacidade de 600 unidades/Mês, praticamente dobrando a capacidade da companhia.

Redução na confiança dos serviços atingiu 6 de 13 atividades em novembro, diz FGV

30/11/2015 – Fonte: EM.com

A confiança do empresário do setor de serviços diminuiu em seis das 13 atividades pesquisadas na passagem de outubro para novembro, segundo dados da Sondagem de Serviços divulgados nesta segunda-feira, 30, pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

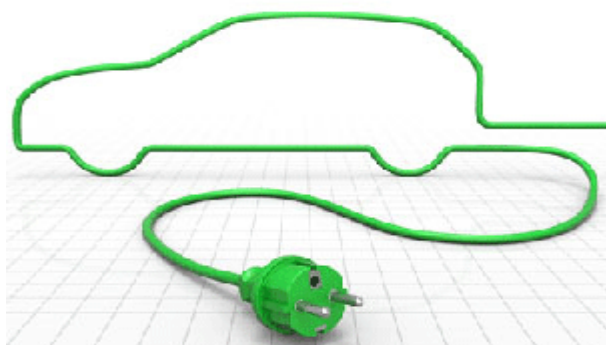
"O ambiente econômico marcado pelo aumento do desemprego e por pressões inflacionárias, aliado às incertezas no campo político, acaba por manter a percepção pessimista do setor sobre o rumo dos negócios, sinalizando uma nova redução no nível de atividade no último trimestre do ano", avaliou, em nota, o economista Silvio Sales, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

Oito atividades registraram piora do Índice de Situação Atual (ISA-S), que recuou 3,2 pontos, de 69,1 pontos em outubro para 65,9 pontos em novembro. A redução foi determinada pela queda dos seus dois componentes, com destaque para a retração de 4,1 pontos no indicador que mede o volume de Demanda atual.

A melhora do Índice de Expectativas (IE-S) - que avançou 0,9 ponto, de 67,5 pontos para 68,4 pontos - foi determinada pelo item que mede as expectativas em relação ao volume de Demanda Prevista para os próximos três meses, com aumento de 2,2 pontos.

Mobilidade elétrica reduzirá emissão de CO2 em 40% na França até 2030

30/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A adoção de tecnologias cada vez mais limpas, como veículos elétricos ou os movidos a célula de combustível de hidrogênio, por exemplo, aliada a uma infraestrutura inteligente além de fontes renováveis podem representar ganhos econômicos importantes para a França.

Uma das estimativas do estudo En route pour un transport durable – Na rota por um transporte durável, em tradução livre, publicado na quinta-feira, 26, por um grupo de empresas e ONGs com operações no país, incluindo o Grupo Renault, Michelin, Lanxess, Valeo entre outros, aponta uma redução de 40% da emissão de CO2 até 2030, com base nos dados de 2015, e uma economia de € 5,9 bilhões por ano com a importação de petróleo.

Segundo o relatório, que teve análise técnica da Element Energy e Artelys com modelagem econômica pela Cambridge Econometrics, haveria redução total de € 12,4 bilhões em custos anuais de energia elétrica considerando a frota francesa em 2030 ou € 591 ao ano por motorista, levando em conta uma tributação de energia inalterada.

Os dados mostram ainda que o setor de refino de petróleo diminuiria a receita em € 470 milhões ao ano ao mesmo tempo em que as receitas anuais para produtores de eletricidade e de hidrogênio aumentaria em € 3,1 bilhões.

O número máximo de veículos elétricos a serem acrescentados à frota sem aumentar a demanda por capacidade de geração de energia seria de 4 milhões de unidades, sempre considerando 2030, sendo que 20 milhões seriam equipados com tecnologia de carregamento inteligente.

Todo este aparato geraria algo entre 66 mil e 71 mil novos postos de trabalho no período, sendo que 50% faria parte da cadeia de produção do setor automotivo

A redução das emissões de NOx (óxido de nitrogênio) chegaria a 72% na comparação com os níveis de 2015 e a de material particulado diminuiria 92% na mesma base de comparação.

“Os resultados deste estudo reforçam a estratégia da Renault como o primeiro fabricante europeu ao investir em veículos elétricos. Eles são hoje uma solução de mobilidade sustentável e acessível a todos.”

“Os 280 mil veículos elétricos em circulação produzidos pela Aliança Renault-Nissan já estão contribuindo para a melhoria do ar e da qualidade de vida nas nossas cidades. A pegada de carbono dos veículos elétricos, já baixos na França, será ainda mais reduzida pelo contínuo desenvolvimento de energias renováveis”, declarou Jean-Philippe Hermine, diretor de planejamento ambiental e estratégia do Grupo Renault.

“Este relatório demonstra que as tecnologias automotivas com baixo carbono representam um importante potencial de crescimento para a economia francesa. É importante que todos os players do setor apresentem seus meios a fim de desenvolver as suas soluções em conjunto. Na Michelin, acreditamos profundamente nele.

Nossos esforços em pesquisa e desenvolvimento para os pneus do futuro e nosso investimento em células de combustível, por exemplo, demonstram esse compromisso”, disse Eric Vinesse, diretor de pre-desenvolvimento da Michelin.

“Mobilidade de baixo carbono não é apenas um desafio para as fabricantes de automóveis. O sucesso só pode ser alcançado se as empresas mais avançadas trabalharem em conjunto para desenvolver soluções inovadoras”, acrescentou Hartwig Meier, chefe de desenvolvimento de Plásticos de Engenharia da Lanxess.

CSN deve anunciar hoje acordo com sócios asiáticos na Namisa

30/11/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) deve anunciar hoje ao mercado que fechará acordo com as empresas asiáticas que são suas sócios na mineradora Namisa. Hoje, a CSN, de Benjamin Steinbruch, detém 60% da Namisa e o consórcio asiático, 40%.

Com a fusão da Namisa com o terminal de cargas da CSN no Porto de Itaguaí e uma fatia da MRS, será criada uma nova empresa na qual a CSN ficará com 85% e o consórcio asiático, com 15%.

O acordo anterior indicava que a CSN ficaria com 88,7% e os outros sócios, com 11,7%. A nova empresa, que era chamada de Congonhas Minérios será batizada de CSN Mineração, apurou o **Estado**.

Com esse acordo, a CSN vai conseguir abater boa parte de sua pesada dívida com o grupo asiático.

Fazem parte da joint venture uma fatia da MRS, cerca de 27% que pertence à CSN, e a Tecar (terminal de carvão), da CSN, no Porto de Itaguaí (RJ), da qual Steinbruch tinha 100%. A Namisa reúne os grupos Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, Posco, Kobe Steel, Nisshin Steel e China Steel Corporation e vai desaparecer com essa fusão.

Os sócios asiáticos também se comprometeram a comprar minério da empresa nova por 30 anos, o que garantirá liquidez à companhia.

A CSN tenta há alguns anos acordo para a fusão dos ativos, alegando que a operação traria ganhos de escala e de produtividade, mas não havia consenso entre os sócios.

Reestruturação de dívidas. Independentemente do acordo, a CSN busca alternativas para reduzir sua pesada dívida, que inclui venda de ativos. Nos últimos meses, a CSN tem renegociado realongar dívidas e colocou ativos à venda.

No fim de setembro, a companhia renegociou mais prazo para pagar sua dívida de curto prazo com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,2 bilhões. No início de setembro, fechou acordo com a Caixa Econômica Federal.

Com essas operações, conseguiu adiar em até sete anos os pagamentos de dívida de quase R\$ 5 bilhões de um total de R\$ 7,4 bilhões previstos para pagar entre 2016 e 2018.

A CSN colocou alguns ativos à venda e o mais próximo de ser vendido é o terminal de contêineres Tecon, de Sepetiba, que está avaliado em cerca de R\$ 1 bilhão e tem atraído interesse de diversos fundos e outros investidores.

Com atuação em cinco áreas (siderurgia, mineração, cimento, logística e energia), a ideia é se desfazer de negócios considerados não estratégicos, mas não está descartada a entrada de sócios em divisões importantes, como mineração, por exemplo, e venda de ativos de siderurgia da companhia no exterior, afirmou uma fonte familiarizada com o assunto.

A dívida bruta da CSN atingiu R\$ 32 bilhões no primeiro trimestre deste ano e a tendência é aumentar, uma vez que os preços do minério recuam drasticamente desde o ano passado – na semana passada registrou a maior baixa dos últimos dez anos, US\$ 44,50 por tonelada, provocando estragos também em grandes mineradoras e siderúrgicas globais.

Além disso, a CSN é prejudicada pela baixa demanda por aço no mercado interno, sobretudo das indústrias automobilística e de linha branca.

Brasileiro assume empresa criada por GE e Alstom

30/11/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O executivo Reinaldo Garcia voltava de um programa de intercâmbio de lideranças da General Eletric (GE) na Arábia Saudita quando recebeu um telefonema com a notícia de que seria o presidente mundial da GE Grid Solutions, única empresa criada após a incorporação dos negócios de energia da Alstom.

Assim que desligou o telefone, durante a conexão no aeroporto de Dubai, cancelou o voo para São Paulo e seguiu para Paris com a bagagem que tinha em mãos. No último dia 2, começou a trabalhar em um escritório que ainda tinha o logo da Alstom.

Os cerca de 400 funcionários foram ao auditório para conhecer o novo chefe. Em vez de saudações em inglês, Garcia surpreendeu com um francês impecável. "Eles não sabiam que eu falava francês", contou Garcia ao Estado, na sua primeira entrevista no cargo.

Essa é a quarta vez que Garcia se muda para a França. Ao todo, foram 14 anos no país até 2011, quando se mudou para São Paulo para assumir o cargo de CEO da GE para a América Latina. Mesmo no Brasil, continuou a praticar o francês diariamente. A esposa de Garcia é ucraniana e, como se conheceram em Paris, conversam até hoje em francês. "Era a única língua que nós dois falávamos na época."

Garcia passou cerca de 30 de seus 55 anos morando no exterior. Quando adolescente, saiu de Ribeirão Preto (SP) para cursar o último ano da escola nos Estados Unidos. Queria ficar, mas não tinha visto. Voltou e cursou Direito na USP, ao mesmo tempo em que trabalhava de despachante de malas na Varig. Voltou para os Estados Unidos para cursar Economia na Universidade da Carolina do Norte.

Em janeiro de 1985, ingressou no programa de trainee da GE para a área de finanças nos Estados Unidos. Desde então, trabalhou na GE como líder regional em áreas como energia, iluminação e saúde nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Brasil. Desta vez, será CEO global de uma unidade do grupo.

"O presidente mundial é um executivo com perfil multinacional. Tem de saber lidar com diferentes culturas e precisa de formação e experiência em diferentes países para chegar no topo", afirmou Daniel Cunha, da consultoria de carreiras Exec.

Desafios. A empresa que ele vai comandar é responsável pela área de transmissão de energia, único negócio em que a Alstom era maior do que a GE – 80% da receita de US\$ 6,2 bilhões da nova empresa vêm de ativos da companhia francesa. A GE também comprou os ativos de geração de energia da Alstom, mas eles foram incorporados a empresas da GE que já existiam.

A aquisição da Alstom foi a maior já feita pela GE, um investimento de US\$ 10,6 bilhões e que levou 15 meses para ser aprovado pelas autoridades regulatórias europeias.

Com tranquilidade, Garcia explicou que seu desafio na empresa é "muito simples". "É só fazer a empresa crescer e aumentar a margem de lucro." Ele disse que há uma grande oportunidade para a divisão com a integração com a área de geração da GE. "Hoje, 40% da energia mundial é gerada pela GE. Mas a maioria das unidades usa uma rede de

transmissão que não é da GE”, explicou. Antes de comprar os ativos da Alstom, a companhia não tinha oferta relevante no segmento para vender uma solução completa.

Experiência. A margem de lucro a empresa não abre, mas a receita da GE na América Latina dobrou na gestão de Garcia, saltando de US\$ 5 bilhões em 2011 para US\$ 9 bilhões. Garcia foi beneficiado por períodos de crescimento nos países latinos, especialmente do Brasil, e aproveitou. Ele trouxe para a região cargos técnicos que só existiam no exterior e ampliou a capacidade industrial da GE.

Garcia também implementou o primeiro centro de inovação global da GE no Rio e se envolveu nas negociações do patrocínio à Olimpíada em 2016. “É um projeto muito relevante para o grupo. Tanto que eu achei que iria para outra função só depois da Olimpíada”, disse.

Em janeiro, Garcia se muda definitivamente para Paris – por enquanto, está em um hotel. Ele disse que voltará frequentemente ao Brasil, que é um dos mercados-alvo da GE na área de energia. E uma viagem já está marcada. No dia 5 de agosto de 2016, abertura da Olimpíada, ele estará no Rio – e vai carregar a tocha olímpica.

Reservatório de usina da região de Mariana é esvaziado às pressas

30/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

O reservatório da usina hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), em Santa Cruz do Escalvado, a 100 quilômetros de Mariana (MG), está sendo esvaziado às pressas, por causa do risco de rompimento da barragem de Germano, estrutura da empresa Samarco que ainda ameaça ruir.

A ação deixou a população local perplexa e traz preocupação. "Conforme a água está descendo, está acontecendo erosão da terra bem embaixo da Estrada de Santana", conta o técnico em mecânica Jarbas Antônio Lopes, de 54 anos, que havia levado parentes para ver a represa na manhã de ontem.

"Se despencar mais um pouco, vai bloquear a estrada", diz, referindo-se a uma estrada rural usada por moradores e trabalhadores das fazendas de gado ao redor da barragem. "O reservatório estava cheio antes de acontecer isso. No dia em que a lama chegou, até aqui ficou com pó", conta o técnico, nascido na região, que costuma visitar familiares no fim de semana.

A ideia é que, caso Germano estoure, o reservatório de Candonga, que tem capacidade para 544 milhões de metros cúbicos, sirva como barreira de contenção para a lama, impedindo que ela siga pelo Rio Doce, a exemplo do que ocorreu com os rejeitos das Barragens Fundão e Santarém da Samarco.

No centro de Santa Cruz do Escalvado, cidade de 8 mil habitantes distante cerca de 5 quilômetros da barragem, moradores dizem não acreditar que o reservatório será esvaziado.

"Não pode. Muita gente pescava por lá até a lama chegar. Se essa barragem de Mariana estourar e a lama vier toda para cá, quem garante que a represa vai dar conta? Se der, a lama toda vai ficar aqui para sempre?", indagou o ajudante-geral Jeferson Rodrigues, de 22 anos.

Na usina, poucos carros e funcionários podem ser vistos do portão para fora. As comportas já estavam abertas desde o dia 7, dois dias depois do acidente em Mariana, e a produção de energia foi suspensa.

A usina tem capacidade para produzir 140 MW/hora, cerca de um sexto o que pode produzir, por exemplo, a Usina Henry Borden, da Represa Billings, na região sul da capital paulista.

Barragem

O esvaziamento emergencial foi decidido na sexta-feira, 27, quando o juiz Michel Cury e Silva, da 1.ª Vara da Fazenda, teve acesso a relatório produzido pelo Centro de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual.

O relatório atesta comprometimento da barragem de Germano e foi feito com base em informações prestadas por empresas contratadas pela própria Samarco.

A Justiça deu prazo de dois dias para esvaziamento da represa. Até sexta-feira, o consórcio que administra a usina (formado pela Vale, uma das donas da Samarco, e pela Cemig, empresa de energia de Minas) informou que não havia sido notificado sobre a decisão da Justiça.

A Samarco foi questionada sobre o caso, mas não respondeu. O consórcio que cuida da represa não atendeu nenhum de seus telefones neste domingo.

Anteontem, a Samarco divulgou nota em que afirma estar retirando peixes vivos, com ajuda de empresas terceirizadas e pescadores locais, do canal de adução da represa de outra usina hidrelétrica, Aimorés, também em Minas, que fica entre Governador Valadares (MG) e Colatina (ES).

"Depois de recolhidos, os peixes são encaminhados para outros cursos d'água, que possuem as mesmas características de seu hábitat original", diz a nota. Além de destruir o distrito de Bento Rodrigues, a tragédia em Mariana já tem confirmadas 11 mortes.

Cinco funcionários da Samarco e três moradores do vilarejo estão desaparecidos e dois corpos aguardam identificação. Há uma semana, a lama que vazou da barragem, e atingiu o Rio Doce, chegou à foz do curso d'água, no distrito de Regência (ES).

Justiça

Pela decisão judicial, tomada a pedido do Ministério Público de Minas e do governo do Estado, a Samarco também fica obrigada a informar o quadro de estruturas de apoio das represas chamadas Sela, Tulipa e Selinha.

A mineradora terá também de prever "consequências e medidas emergenciais concretas", executar "integralmente as medidas emergenciais apresentadas nos estudos anteriormente citados, em caso de rompimento, bem como eventuais recomendações técnicas do Estado e do DNPM (órgão federal de fiscalização)".

Prevê-se multa diária de R\$ 1 milhão para caso de descumprimento.

Ação

O governo federal e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo entrarão nesta segunda-feira, 30, com uma ação na Justiça para cobrar R\$ 20 bilhões das empresas responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana (MG) e criar um fundo para reparação dos danos.

Além da Samarco, a ação também terá como alvo a Vale e a BHP Billiton. A medida foi anunciada sexta-feira, após a presidente Dilma Rousseff reunir-se no Palácio do Planalto com os governadores de Minas, Fernando Pimentel (PT), e do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB).

A ação será coordenada pela Advocacia-Geral da União.

PPE já conta com adesão de 37 fábricas

30/11/2015 – Diário do Comércio

O ministro do Trabalho, Miguel Rossetto, informou na sexta-feira que 37 empresas já aderiram ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), medida do governo federal que permite a redução do jornada de trabalho dos funcionários em até 30%, com diminuição salarial no mesmo nível.

Metade da perda salarial, contudo, é compensada pelo governo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Segundo Rossetto, as 37 adesões beneficiam um total de 32.664 trabalhadores. Os números, que estão atualizados em relação aos últimos que foram divulgados pela presidente Dilma Rousseff no dia 19, foram apresentados pelo ministro na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Ainda de acordo com ele, há outros 43 pedidos em análise para participar do PPE, que, se aceitos, beneficiarão mais 10.442 trabalhadores.

Com o programa, o governo desembolsa, por mês, R\$ 96,516 milhões. Levando em consideração os pedidos em análise, os gastos subiriam em mais R\$ 25,280 milhões. "Com o PPE, os recursos do FAT, que geralmente são usados para custear o seguro-desemprego, estão financiando o emprego, em vez de financiar o desemprego", disse o ministro, para uma plateia de sindicalistas.

No evento, duas empresas receberam o termo de adesão. A Modine do Brasil e a Leoni Automotive, ambas do setor automotivo, cadastraram um total de 784 trabalhadores, sendo 673 para a primeira e 111 para a segunda.

O benefício recebido pelos funcionários da Modine, localizada em Guarulhos (SP), soma um total de R\$ 1,3 milhão. A Leoni, que fica em Itu (SP), alcança R\$ 334 mil.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, participou do evento em São Bernardo do Campo e fez elogios ao PPE. "Trata-se de uma iniciativa de transição da crise.

É um instrumento perfeito, pois, ao mesmo tempo, ajuda o governo a gastar menos recursos e estimular o consumo, que, como sabemos, é a base da economia", disse. O setor automotivo é o que mais se beneficia do programa. A Mercedes-Benz tem o maior número de trabalhadores cadastrados: 8,9 mil.

Ampliação - Com a sanção do programa, o governo pretende ampliar a divulgação da medida para que mais empresas conheçam o instrumento. "A partir da sanção do projeto, vamos fazer uma grande campanha de divulgação, de informação. O que nós queremos é que todos os empresários, antes de demitirem, analisem com profundidade (o PPE)", afirmou Rossetto. "Estamos muito seguros na ampliação do programa, que é um programa ágil, simplificado e potente", acrescentou, lembrando em seguida que todas as atividades econômicas podem aderir.

O PPE foi criado em julho, mas só foi sancionado em novembro. Antes, no entanto, as empresas já podiam fazer a adesão, embora sem a segurança jurídica.

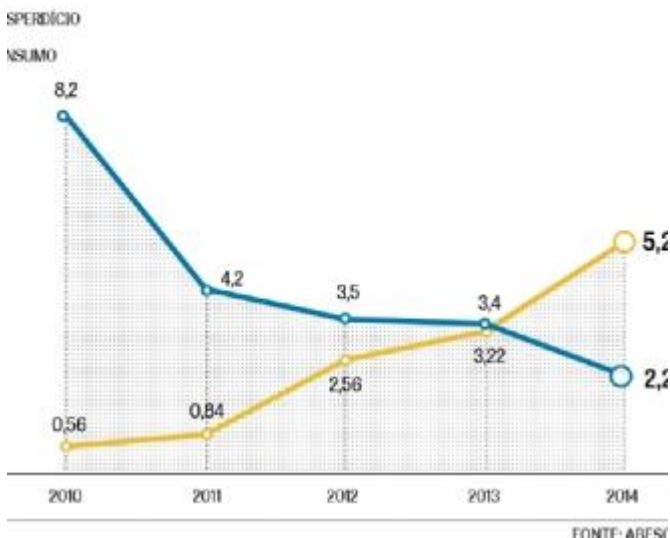
As empresas que aderiram podem reduzir a jornada de trabalho dos funcionários em até 30%, com diminuição salarial proporcional. Metade da perda salarial, contudo, é compensada pelo governo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Brasil desperdiça R\$ 12 bi em 5 anos

30/11/2015 – DCI

INEFICIENTE

Variação anual consumo e desperdício de energia elétrica ▶ Em



Apesar da desaceleração do consumo de energia elétrica no Brasil nos últimos anos, o desperdício não para de crescer. A principal razão é a ineficiência das máquinas usadas pela indústria, setor que ainda não mostra a devida preocupação com o tema.

Segundo os dados da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (ABESCO), o País joga fora cerca de 53 terawatts-hora (TWh) de energia por ano, volume 5,29% maior do que o registrado em 2009. O valor representa uma perda de R\$ 12 bilhões para os consumidores, ou mais de 60% de tudo o que é gerado pela usina de Itaipu (PR).

As duas maiores causas do desperdício são a falta de um programa de gestão energética dentro das empresas e o uso de equipamentos defasados na indústria, afirma o presidente da Abesco, Rodrigo Aguiar.

Na avaliação dele, a falta de projetos para estimular a troca dos equipamentos fabris e a inexistência de linhas de financiamento específicas para incentivar a renovação do parque industrial levaram a um círculo vicioso de ineficiências, no qual a cada ano que passa o Brasil usa mais energia para produzir menos.

Por outro lado, existe também um "ceticismo" por parte dos gerentes e diretores de indústrias nacionais, que ainda não acreditam no potencial de redução de custos possibilitado por um processo energético mais eficiente. "Apesar de todos concordarem com a necessidade de uma gestão elétrica, na prática essas substituições não acontecem", lamenta ele.

O especialista diz que nem mesmo o encarecimento das tarifas levou a um aumento expressivo da procura por iniciativas eficientes. A dificuldade de arrecadação das empresas por causa da crise dificulta os investimentos, admite Aguiar. No entanto, ele lembra que já existem soluções para que o industrial pague a renovação do maquinário com o que economizar na operação.

Segundo o executivo, uma redução dos níveis de desperdício poderia até diminuir as pressões sobre as contas de luz de todos os consumidores. No mínimo, diz ele, seria possível alterar a cor da bandeira tarifária para desonerar a tarifa.

Ociosidade das montadoras está em 50%, admite Anfavea

30/11/2015 – DCI

Diante da queda persistente das vendas da indústria automotiva, as montadoras trabalham atualmente com cerca de 50% de ociosidade, afirmou ao DCI o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan.

"O segmento de caminhões teve uma queda muito maior e eu diria que estas empresas estão utilizando apenas um terço da sua capacidade produtiva", acrescenta o dirigente.

Contudo, Moan acredita que no final do terceiro trimestre do ano que vem a economia comece a esboçar os primeiros sinais de retomada. "Essa é a nossa aposta."

Segundo ele, uma montadora "veterana" no Brasil chega a gastar US\$ 1 milhão por dia útil apenas para manter as operações. "O gasto médio anual de algumas montadoras ultrapassa US\$ 250 milhões somente para se manter. Só investe assim quem acredita no potencial do mercado no longo prazo", garante.

Moan observa que uma das saídas para utilizar a sobrecapacidade das montadoras é intensificar as exportações. No entanto, essa é uma tarefa que leva tempo. "Durante os últimos dez anos, tivemos um aumento significativo dos custos e perdemos muita competitividade. Agora, com a apreciação do dólar, estamos correndo atrás do prejuízo", pondera.

Eleição na Argentina

Moan avalia que a eleição do candidato opositor na Argentina, Mauricio Macri, pode trazer resultados positivos para o Brasil e especificamente para a cadeia automotiva.

"O discurso inicial do Macri foi extremamente positivo para os laços entre os dois países. Ele demonstra preocupação em intensificar o diálogo com o Brasil", destaca o dirigente.

Nos últimos anos, o setor automotivo brasileiro se tornou altamente dependente da Argentina, que chegou a representar quase 80% das vendas externas das montadoras localmente. "O país vizinho sempre foi um grande cliente para nós. Mas com o movimento de valorização do real sobre o dólar, essa dependência aumentou ainda mais", revela.

De acordo com a Anfavea, 2013 foi o ano em que o Brasil mais exportou para a Argentina: 475,3 mil unidades do total de mais de 560 mil exportados.

Moan destaca que o acordo automotivo com o país vizinho vence em junho de 2016. "Precisamos que o tratado seja adequadamente renegociado e que seja estabelecido um prazo, o mais longo possível, para essas novas regras", pontua. "O que nós precisamos é de previsibilidade."

Ele ressalta que "equilíbrio" seria um bom caminho para a política econômica argentina.

Aperam adota novo modelo de negócio

30/11/2015 – Aço Brasil

A Aperam South America, com usina em Timóteo (Vale do Aço), implementou um novo modelo de negócio com os distribuidores de aços planos inoxidáveis.

A nova plataforma prevê três categorias de compradores: distribuidor integrado, distribuidor regular e compra no mecanismo spot, com lote mínimo de 20 toneladas.

De acordo com o diretor Comercial da companhia, Rodrigo Damasceno, o objetivo

“é participar de maneira mais efetiva e competitiva do mercado”. “Mas é bem provável que venhamos a conseguir aumentar as vendas”, completou. Segundo ele, a plataforma também dará à empresa maior capilaridade, uma vez que as negociações serão mais flexíveis.

Basicamente, a Aperam vai comercializar lotes mínimos de 20 toneladas e não haverá critérios para entrada, nem custos para saída, sendo que os pedidos já realizados deverão ser cumpridos.

A tabela de preços para os distribuidores regular e integrado será rigorosamente igual quando se tratar dos mesmos volumes adquiridos. A única variável que pode proporcionar preços diferenciados é o volume de compra.

A nova estratégia comercial, conforme o diretor, vai permitir à siderúrgica aumentar sua presença no mercado nacional de aço inox.

No entanto, em função da retração da demanda interna, as exportações é que têm sustentado as vendas ao longo deste ano. Tanto que a empresa aumentou a participação dos embarques nas vendas totais de 20% para 40%, aproximadamente.

Segundo o diretor, a companhia exporta de maneira equilibrada “para o mundo todo”, atingindo cerca de 40 países, principalmente da América Latina, Europa e Ásia, além dos Estados Unidos. “Porém, temos preferência pela América do Sul, por questões geográficas”, ponderou.

“As exportações aumentaram porque o mercado interno caiu. Vamos conseguir embarcar mais neste ano do que em 2014, mas não será um crescimento vertiginoso. Nossa principal missão, no entanto, é manter a planta de Timóteo ocupada, o que significa usar nossos ativos na plenitude”, disse Damasceno.

Conforme já divulgado pela Aperam, a planta do Vale do Aço opera hoje à plena capacidade, com uma produção anual da ordem de 900 mil toneladas de aço bruto. No exercício passado, foram produzidas 654 mil toneladas de produtos acabados, entre aços inoxidáveis, elétricos e carbonos especiais.

No que diz respeito aos investimentos, o diretor Comercial confirmou que a companhia continua focada em colocar em operação a nova linha de aços elétricos do tipo HGO, utilizados principalmente na produção de transformadores, o que deve acontecer no primeiro trimestre de 2016.

O equipamento poderá produzir 60 mil toneladas anuais de aços elétricos e os investimentos somam US\$ 17 milhões.

Para 2016, embora afirme que a situação do País não inspira projeções otimistas, a expectativa do diretor é que o cenário seja parecido com o deste ano para a companhia. “Nosso objetivo é participar de maneira mais competitiva do mercado”, concluiu.

Novos Projetos de Lei

30/11/2015 – FIEP

Institui no Estado do Paraná o Programa Geração Atitude, com o objetivo de fomentar a educação para o exercício da cidadania.

PL 849/2015 de autoria Comissão Executiva e Deputado Jonas Guimarães (PMDB).

Cria o Programa Geração Atitude, com o objetivo de promover a educação para o exercício da cidadania, que será realizado anualmente na terceira semana do mês de novembro, juntamente com: (i) os estudantes do Ensino Médio; (ii) funcionários e (iii) professores da Rede Pública e Privada de Educação do Estado do Paraná.

O Programa disponibilizará o Guia do Cidadão a todos os alunos do Ensino Médio do Paraná, com informações sobre o funcionamento do: (i) Executivo, (ii) Legislativo, (iii) Judiciário, (iv) Ministério Público, e (v) demais órgãos públicos da administração pública Federal e Estadual. O Guia do Cidadão incluirá também conceitos de política, cidadania, democracia e outros.

O Poder Legislativo Estadual poderá estabelecer convênios e acordos com os órgãos públicos e privados para a execução, elaboração, orientação e divulgação do Guia do Cidadão, assim como, outras atividades voltadas à participação democrática da juventude e exercício da cidadania.

O Programa Geração Atitude constará no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná e integrará as campanhas institucionais da Assembleia Legislativa do Estado. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tramitação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Novos Projetos de Lei

30/11/2015 – FIEP/CNI

PLS 732/2015 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, seja feito diretamente pela Previdência Social".

Estabelece que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#)

Tramitação: Aguardando a designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais.

Fonte: CNI

PEC 148/2015 do senador Paulo Paim (PT/RS), que "Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal".

Determina que a jornada semanal de trabalho não poderá ultrapassar 36 horas semanais. A redução da jornada será feita progressivamente da seguinte forma:

- a) a partir do dia 1º de janeiro do exercício seguinte ao do exercício em que for aprovada esta emenda a jornada de trabalho normal não poderá exceder a 40 horas semanais;
- b) anualmente a jornada diminuirá em uma hora até o limite de 36 horas.

Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#)

Tramitação: Aguardando a designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: CNI

PL 3541/2015 do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que "Altera o art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991"

O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permanecer em atividade sujeito a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a outra aposentadoria deste Regime em consequência do exercício dessa atividade, sendo-lhe assegurado, no entanto, o recálculo de sua aposentadoria tomando-se por base todo o período contributivo e o valor dos seus salários de contribuição, respeitando-se o teto máximo pago aos beneficiários do RGPS, de forma a assegurar-lhe a opção pelo valor da renda mensal que for mais vantajosa.

Serão também assegurados ao aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade neste Regime ou a que a ele retornar, os seguintes benefícios e serviços: a) auxílio-doença; b) auxílio-acidente; c) serviço social; e d) reabilitação profissional.

Para requerer o recálculo da renda mensal da aposentadoria, o beneficiário deverá comprovar um período de carência correspondente a, no mínimo, 60 novas contribuições mensais.

O recálculo da renda mensal do benefício do aposentado, terá como base o salário de benefício calculado mês a mês de acordo com a variação integral do INPC.

Não será admitido recálculo do valor da renda mensal do benefício para o segurado aposentado por invalidez. Ao segurado que tenha obtido aposentadoria especial não será admitido o recálculo com base em tempo e salário de contribuição decorrente do exercício de atividade prejudicial à saúde ou à integridade física.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#)

Tramitação: Apensado ao PL 2567/2011.

Fonte: CNI

Concessão de licença-maternidade especial às servidoras estaduais paranaenses, mães de bebês prematuros.

PL 853/2015 de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD).

As servidoras públicas estaduais que tiverem bebês recém-nascidos com menos de 37 (trinta e sete) semanas de gestação, terão direito à licença maternidade especial.

A licença maternidade terá duração de 120 (cento e vinte) dias, sendo acrescida no período correspondente à diferença entre o nascimento e a idade gestacional do recém-nascido, que será concedida com vencimentos integrais.

A idade gestacional deverá ser verificado por exame clínico, que deverá ser realizado nas primeiras 48 (quarenta e oito) horas de vida do bebê, com laudo técnico expedido por pediatra, no qual constará a classificação do bebê como recém-nascido prematuro e o número de semanas de idade gestacional.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)